

CNTU contesta Medida que altera benefícios previdenciários no STF

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Medida Provisória 664 junto ao Supremo Tribunal Federal.

A Medida muda as regras de concessão da pensão por morte, do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez e prejudica os trabalhadores e pensionistas do INSS. “É lamentável que, na busca do ajuste fiscal, poupem-se os mais ricos, elevando-se a taxa de juros, e punam-se os trabalhadores, cortando benefícios sociais. E, além da flagrante injustiça, a forma adotada pelo governo é claramente inconstitucional, como demonstra a Adin impetrada pela nossa confederação”, afirma o presidente da entidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

O assunto em discussão afeta diretamente os profissionais liberais, na qualidade de segurados obrigatórios da Previdência Social, que contribuem regularmente para que lhes seja assegurado e aos seus dependentes o benefício da pensão por morte, da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença. Os servidores públicos, sejam eles médicos, engenheiros, economistas, nutricionistas, farmacêuticos, odontologistas ou quaisquer outros, são igualmente atingidos pelas restrições introduzidas na ordem jurídica desses benefícios sociais.

In Press Porter Novelli

Selma Orosco

selma.orosco@inpresspni.com.br

(11) 3323-3789

Joana Santos

joana.santos@inpresspni.com.br

(11) 3323-1612